

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA E A AVALIAÇÃO DA PRÁTICA: A NOVA EXIGÊNCIA DO ENADE 2024

THE SUPERVISED CURRICULAR INTERNSHIP IN PROFESSIONAL TRAINING IN PHYSICAL EDUCATION AND THE EVALUATION OF PRACTICE: THE NEW REQUIREMENT OF ENADE 2024

LA PASANTÍA CURRICULAR SUPERVISADA EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL EN EDUCACIÓN FÍSICA Y LA EVALUACIÓN DE LA PRÁCTICA: LA NUEVA EXIGENCIA DE ENADE 2024

Mariângela da Rosa Afonso¹
José Antonio Bicca Ribeiro²
Franciele Roos da Silva Ilha³
Camila Ferreira de Castro⁴

Resumo

Considerando-se que o estágio curricular supervisionado é um espaço-tempo ímpar para que os licenciandos tenham um retrato muito próximo do que os espera no campo de atuação profissional, o objetivo deste texto é problematizar e discutir a nova exigência do ENADE no campo da formação de professores: a avaliação da prática no contexto de estágio curricular supervisionado em Educação Física. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo estudo teórico, com foco nos debates sobre as relações entre as demandas legislativas e os impactos na formação inicial em Educação Física e no trabalho dos envolvidos com ela, apresentando-se os marcos legais importantes para a avaliação dos cursos de formação e, posteriormente, os tensionamentos produzidos. Ao adentrarmos na temática das diferentes políticas curriculares, percebemos o quanto o contexto educacional está sendo impactado por processos avaliativos e desconsiderando as diferentes instituições, sejam elas de ensino superior ou de educação básica, na medida em que se propõem mudanças significativas para diferentes segmentos da formação profissional docente, como foi a implementação do ENADE das licenciaturas. Acreditamos ser fundamental resistirmos e lutarmos por políticas construídas pelos sujeitos envolvidos nos processos de formação, políticas de financiamento da educação que possam melhorar a infraestrutura das escolas e universidades e a condição do trabalho docente.

Palavras-chave: ENADE, Políticas de Avaliação, Condições de Trabalho, Formação Inicial de professores.

¹Mariângela da Rosa Afonso, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mrafonso.ufpel@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8853-719X>.

²José Antonio Bicca Ribeiro, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Bolsista de Pós-Doutorado CAPES, jantonio.bicca@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1638-6687>.

³Franciele Roos da Silva Ilha, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), francieleilha@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6016-4259>.

⁴Camila Ferreira de Castro, Universidade Federal de Pelotas (UFPel), camila.edufis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0757-8599>.



Abstract

The supervised curricular internship is a unique space-time for the undergraduates to have a very close picture of what awaits them in the field of professional activity. In this perspective, the objective of the text is to problematize and discuss the new requirement of ENADE in the field of teacher training, the evaluation of practice in the context of supervised curricular internship in Physical Education. This is a qualitative study of the theoretical study type, focusing on the debates about the relationships between legislative demands and the impacts on initial training in Physical Education and on the work of those involved with it, presenting the important legal frameworks for the evaluation of training courses and later, the tensions produced. When entering the theme of the different curricular policies, we realize how much the educational context is being impacted by evaluation processes disregarding the different institutions, whether they are higher education or basic education, as it proposes significant changes for different segments of professional teacher training, as was the implementation of the ENADE of the teaching degrees. We believe it is essential to resist and fight for policies built by the subjects involved in the training processes, education financing policies, which can improve the infrastructure of schools, universities and the condition of teaching work.

Keywords: ENADE, Evaluation Policies, Working Conditions, Initial Teacher Training.

Resumen

Las prácticas curriculares supervisadas son un espacio-tiempo único para que los estudiantes de grado tengan una visión muy cercana de lo que les espera en el ámbito de la actividad profesional. En esta perspectiva, el objetivo del texto es problematizar y discutir el nuevo requerimiento de la ENADE en el campo de la formación docente, la evaluación de la práctica en el contexto de la pasantía curricular supervisada en Educación Física. Se trata de un estudio cualitativo de tipo teórico, centrado en los debates sobre las relaciones entre las demandas legislativas y los impactos en la formación inicial en Educación Física y en el trabajo de los implicados en ella, presentando los marcos legales importantes para la evaluación de los cursos de formación y, posteriormente, las tensiones producidas. Al entrar en el tema de las diferentes políticas curriculares, nos damos cuenta de cuánto se está impactando el contexto educativo por los procesos de evaluación que desconocen a las diferentes instituciones, ya sean de educación superior o de educación básica, ya que propone cambios significativos para diferentes segmentos de la formación profesional docente, como lo fue la implementación de la ENADE de las carreras docentes. Creemos que es fundamental resistir y luchar por políticas construidas por los sujetos involucrados en los procesos formativos, políticas de financiamiento de la educación, que puedan mejorar la infraestructura de las escuelas, las universidades y las condiciones del trabajo docente.

Palabras clave: ENADE, Políticas de Evaluación, Condiciones de Trabajo, Formación Inicial Docente.

INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado (ECS) é componente curricular obrigatório dos cursos de formação de professores, sendo apontado em diversos estudos como um eixo fundamental para a construção do ser professor e de sua identidade profissional (Petroli, Fuão, Ilha, 2022; Ilha *et al.*, 2022; Winter, Ilha, 2018). É um espaço-tempo ímpar para que os licenciandos tenham um retrato muito próximo do que os espera no campo de atuação profissional.

Diante de sua relevância como espaço formativo, o ECS é constantemente repensado, revisto e reavaliado no contexto da formação docente, em um processo geralmente acompanhado de leis, decretos, pareceres e normativas. As mudanças em forma de legislação seguem um discurso de qualificação do componente curricular. Entretanto, é preciso ter um olhar crítico para políticas



educacionais desencadeadas em um contexto de neoliberalismo, em que o Estado, mediante gestão educacional, assume o papel de regulador e avaliador, conforme alerta Barroso (2005).

Nesse contexto avaliativo, insere-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) como instrumento para avaliar o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, no que tange aos conteúdos indicados nas diretrizes curriculares dos cursos, ao desenvolvimento de competências e habilidades exigidas para o aprofundamento da formação geral e profissional, e ao nível de atualização dos estudantes acerca da realidade brasileira e mundial. O exame é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira desde 2004 e integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O ENADE, a avaliação de cursos de graduação e a avaliação institucional formam o tripé avaliativo do SINAES que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de Educação Superior (IES) brasileiras. Os resultados do ENADE, aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Brasil, 2024).

Como todo processo avaliativo, o ENADE e o próprio SINAES sofrem críticas quanto à forma como é realizado e até que ponto é possível aferir a qualidade dos cursos superiores. Feldmann e Souza (2016) alertam que o desempenho dos estudantes importa apenas para compor o resultado dos cursos, com vistas à comparação de resultados e à elaboração de *rankings*. Repensar a formação docente a partir do desempenho dos estudantes não é o foco do sistema avaliativo.

Diante dessas reflexões, este estudo objetiva discutir a nova exigência do ENADE no campo da formação de professores, ou seja, a avaliação da prática no contexto de estágio curricular supervisionado em Educação Física.

Como procedimentos metodológicos, esta investigação caracteriza-se como qualitativa do tipo estudo teórico e busca problematizar as mudanças propostas pelos marcos legais que impactam a formação inicial e o trabalho docente, particularmente no contexto dos estágios enquanto processos de experimentação da docência. Fundamentamo-nos em Chauí (1999, p. 222), para quem “a pesquisa, como investigação de algo, lança-nos na interrogação, pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação”. Além disso, com Pimenta e Lima (2011), compreendemos o estágio como campo de conhecimento produzido na interação entre cursos de formação inicial e o campo social no qual se desenvolvem as práticas educativas, com potencialidade para constituir-se em atividade de pesquisa.

O ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E AS INTERFACES COM A FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA



A formação de professores tem passado por inúmeras mudanças no último século, tanto em âmbito global quanto local, sobretudo no que diz respeito aos agentes envolvidos, aos espaços formativos e à organização dos cursos de formação (Borges, 2008). Tais transformações têm relação direta com o movimento de profissionalização do ensino, que passa de uma atividade “vocacional”, no início do século XVIII, para uma atividade profissional de alta formação, edificada sobre uma base de conhecimentos especializados, de acordo com a realidade de cada país (Shulman, 1987; Nóvoa, 2019; Contreras, 2002).

Nesse sentido, Tardif (2008) afirma que a profissionalização docente apresenta uma “epistemologia da prática profissional” como forma de superar os discursos e imaginários relacionados ao seu fazer, sob a perspectiva de um modelo curricular de formação. Em tal modelo, no qual a formação docente do Brasil está pautada, procura-se, dentro das instituições formadoras, o desenvolvimento de uma base de conhecimentos voltados para o ensino ou, como defende Goodson (2008, p. 213), “o conhecimento prático dos professores em termos técnicos, científicos ou teóricos”.

Mas qual seria o melhor momento para trabalhar esse conhecimento técnico, científico e teórico sobre o ensino dentro dos cursos de formação? Aqui voltamos nosso olhar para os estágios curriculares, destacando-os como lócus de aproximação entre teoria e prática, e como campo (com tempo e espaço) de apropriação da profissão docente. Pimenta (2006, p.183) defende que o “estágio é um dos componentes do currículo do curso de formação de professores” e responsável por “preparar” o professor para o exercício da profissão, sendo capaz, ainda, de produzir e mobilizar os saberes necessários para a constituição da identidade docente (Borges *et al.*, 2009).

Em outras palavras, durante a realização do estágio, os estudantes em formação são capazes de experimentar a imersão dentro do “real” campo de trabalho, uma vez que entram em contato com alunos e professores, bem como com outros membros da comunidade escolar, colocando-se diante da complexidade da ação docente. Há também a experimentação de emoções intensas, a responsabilidade com a aprendizagem do outro, a organização de tempo e espaço, o exercício da avaliação e o estabelecimento de relações com a comunidade escolar. Junto a isso, os sujeitos necessitam lidar com outras questões em sua formação, como o estabelecimento de nexos faltantes entre sua formação teórica na universidade e a aplicação prática de sua ação profissional na escola, as incertezas do campo profissional e a construção de sua identidade profissional, entre outras.

Segundo Azevedo (2009), no período do estágio curricular, o estudante pode apreender elementos constitutivos de sua profissão, e é preciso que haja envolvimento entre os professores (da escola, estagiário e da universidade) para que o estágio seja efetivamente significativo. Além disso, segundo o autor, o componente curricular é um pilar da formação docente, pensando-se sob a



perspectiva de trabalho coletivo, interdisciplinar e investigativo, permeado por princípios voltados para a formação permanente do docente.

O período do estágio pressupõe o trabalho coletivo de universidade e escola, com seus atores sociais (alunos em formação inicial, docentes da escola e professores formadores da universidade) interligados no intuito de qualificar ainda mais a formação docente. Sobre essa questão, Sarti (2013) destaca que se deve olhar para a formação inicial como um processo de socialização de aprendizagem da profissão, sendo que o espaço deve possibilitar ao estudante a organização dos saberes aprendidos para serem utilizados na situação de ensino, assim como acontece na sua prática docente.

O estágio, segundo Pimenta e Lima (2008), também se constitui como um campo de conhecimento, o que, para as autoras, evidencia um caráter epistemológico, superando a redução do período a uma mera atividade prática instrumental, como se vê em alguns momentos. Sobre isso, vale pontuar que a formação do professor, considerando-se a experiência do estágio supervisionado, se dá pela interlocução entre o que é discutido dentro da universidade e o que é observado dentro da escola, a partir do contato com o docente que lá se encontra. De acordo com Nóvoa (2019, p. 38), essa é uma forma de reprodução da prática que se pretende seguir, como “um aprendiz que aprende o saber acumulado”. Porém, ele salienta que é necessária uma análise crítica da observação fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social do tempo e espaço em que se insere, para que a atividade docente não seja uma mera reprodução descolada da realidade.

Um aspecto importante do estágio supervisionado refere-se às relações de diálogo estabelecidas através da parceria universidade-escola. Estas atuam como instituições “(co)formadoras”, na medida em que existe um processo de “troca” de saberes entre os docentes que formam, os alunos em formação e os professores atuantes no ambiente escolar.

Sobre isso, percebe-se a necessidade de se valorizar cada vez mais essa experiência nos cursos de formação, pois, a partir do exercício da docência, da reflexão sobre as práticas, da convivência no ambiente da escola, da superação de situações-problema, da imersão na realidade, diversos saberes são mobilizados. Segundo Tardif (2008), nesse conjunto de conhecimentos, estão o “saber-fazer pedagógico” e o “saber-ser-professor”.

Entretanto, neste trabalho, voltamos nosso olhar para o estágio supervisionado no campo da Educação Física e pontuamos algumas questões fundamentais para o entendimento da temática. Assim como outros cursos voltados para a formação de professores, na área da Educação Física, o estágio supervisionado não está descolado de um marco histórico-social, tampouco do movimento de profissionalização do ensino (Rezer; Fersteinseifer, 2008).

A legislação que regulamenta o estágio nas universidades tem como marco inicial a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, à qual se somam a



Lei do Estágio nº 11.788/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação de professores e a Base Nacional para a Formação de Professores. Considerando o campo da Educação Física, foi possível identificar duas legislações importantes: a Resolução CNE/CES nº 07/2004 (Brasil, 2004) e a Resolução CNE/CES nº 06/2018 (Brasil, 2018). Algumas de suas principais características são: carga horária mínima de 400h; atividades teórico-práticas de aprofundamento desenvolvidas durante a formação em áreas específicas de interesse dos alunos; e inserção da prática como componente curricular, buscando uma formação balizada por competências específicas (Rezer; Fersteinseifer, 2008).

Tais fatos contribuem para que o estágio tenha um papel de protagonismo e importância nos cursos de formação em Educação Física, sobretudo, por estabelecerem uma forte relação teoria-prática a partir da atuação profissional no campo do trabalho. Conforme Batista (2014), em situações em que os estudantes experienciam a cultura profissional da escola, é possível construir uma identidade profissional consistente e emancipatória.

Pode-se ressaltar também que, na área da Educação Física, o estágio se produz como um campo científico e conceitual, enquanto objeto de pesquisa, sendo abordado de diferentes formas em diversos estudos, como: espaço de mobilização dos saberes (Penteado; Souza-Neto, 2021); local de articulação entre teoria e prática (Souza-Neto, Borges, Ayoub, 2021); espaço de construção da identidade profissional (Amaral-da-Cunha; Batista; Graça, 2020); espaço de trocas entre escola e universidade (Iza; Souza-Neto, 2015); oportunidade de diálogo entre estudantes e professores da escola (Castro; Afonso, 2021), entre outras.

Com base nas reflexões apresentadas, na Imagem 1, procuramos sintetizar o entendimento sobre o campo do estágio supervisionado. Compreendido como etapa da formação inicial em Educação Física, pressupõe a interação entre instituições (universidade e escola), em que ensino e aprendizagem ocorrem nas trocas entre os sujeitos (professores da universidade, estudantes e professores da escola). Como um todo, esse processo é capaz de contribuir na formação mediante a mobilização dos saberes, a interação com a realidade profissional e a aproximação entre a teoria e a prática docente.



IMAGEM 1: Relações e nexos formativos produzidos a partir do estágio supervisionado



Fonte: Autores, 2024.

Como elementos que formam a profissão, Nóvoa (2017) propõe: a disposição pessoal para tornar-se docente; a interposição profissional, estabelecendo contato com o lócus de trabalho; a composição pedagógica na montagem e organização da prática pedagógica; a recomposição investigativa, que envolve o pensar sobre sua atuação; e a exposição pública, que é o ser professor de fato, o que influencia a construção da identidade docente.

O cenário apresentado acaba mostrando a preocupação com a formação inicial no campo da Educação Física, na busca por uma identidade profissional, cada vez mais atrelada à realidade vivida no contexto de trabalho. O estágio, ao se configurar como uma etapa importante da formação nos cursos de graduação, frequentemente, necessita atender às demandas das normativas curriculares de âmbito nacional, o que impacta diretamente a qualidade da formação e o seu

significado para os atores sociais que dela participam. Propomo-nos a realizar um debate acerca das relações entre as demandas legislativas e os impactos na formação inicial em Educação Física, apresentando, primeiramente, marcos legais importantes para a avaliação dos cursos de formação e, posteriormente, os tensionamentos produzidos.

MARCOS LEGAIS PARA A AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO INICIAL

As universidades brasileiras têm sido constantemente desafiadas a compreender e implementar diferentes modificações curriculares e avaliativas, as quais, muitas vezes, interferem na dinâmica da prática pedagógica e na formação inicial. Neste momento, trazemos alguns dos marcos regulatórios do ENADE que reconfiguram o sistema avaliativo das IES.

Sobrinho (2010), fazendo referência à trajetória de mudanças no processo de avaliação da Educação Superior, afirma:

A avaliação é a ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo, nas políticas e prioridades da pesquisa, nas noções de pertinência e responsabilidade social. (Sobrinho, 2010, p. 195)

O autor pontua diferentes momentos de implementação do processo avaliativo (Sobrinho, 2010), afirmando que este se apresenta como um instrumento relevante para trazer um panorama ao mercado de trabalho sobre a qualidade da capacitação profissional oferecida nos cursos de Ensino Superior, indicando, ainda, as IES mais aptas a atenderem às exigências da sociedade.

Sobrinho (2010) também reflete sobre o Exame Nacional de Cursos (Lei 9.131/95), conhecido popularmente por Provão, criado em 1995 e utilizado de 1996 a 2003 como instrumento de avaliação da Educação Superior em todo o território nacional. Esse exame ficou conhecido por produzir fortes efeitos regulatórios, impactando a organização acadêmica dos cursos – desde as ações administrativas até as práticas pedagógicas. Com o objetivo de obter vantagem na comparação com outras universidades, as instituições dedicavam-se a preparar seus estudantes para o desempenho exitoso no exame, em vez de focarem na formação integral do cidadão que futuramente seria um profissional.

As críticas de Sobrinho (2010) ao Provão recaem sobre o fato de não se levar em consideração a complexidade do fenômeno educativo, moldando o currículo e um estilo de ensino que produzem melhores resultados estudantis no exame nacional apenas.



Outro ponto relevante a ser levantado com relação ao Provão refere-se aos critérios utilizados para mensurar a competência dos docentes e o desempenho institucional. Conforme afirmam Pimenta e Anastasiou:

[...] a competência docente é mensurada pelos resultados (dos alunos) no provão. As instituições, por sua vez, são avaliadas pelo índice percentual de professores titulados com mestrado e doutorado, o que pode revelar uma preocupação cartorial com os resultados do ensino. (Pimenta, Anastasiou, 2014, p. 154)

Ainda circulando por esse processo histórico, cabe trazer à tona a regulamentação que substituiu o Exame Nacional de Cursos: o SINAES, criado pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O Sistema é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES busca avaliar qualquer aspecto que se relacione a esses componentes, como questões sobre o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros (INEP, 2012).

O SINAES vem propor um trabalho mais consistente, com diversos instrumentos aplicados em distintos momentos, envolvendo todos os atores institucionais com a perspectiva de uma avaliação global da Educação Superior. Em contrapartida, é importante observar a complexidade de compreender os padrões de indicadores propostos, conforme afirmam Botelho *et al.* (2023), assim como a renovação constante dos padrões de qualidade e o reconhecimento dos cursos, o que implica dificuldades por parte das IES de estabelecer um caminho a seguir em busca de melhorias nos indicadores.

Voltando os olhares para o desempenho do estudante, ainda sob as perspectivas propostas por meio da instituição do SINAES, surge o ENADE, estabelecido pela Portaria Normativa Nº 40, de 12 de dezembro de 2007. Esta, além do ENADE, cria o e-MEC, que é o sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações dos processos de regulação, avaliação e supervisão da Educação Superior no sistema federal de educação.

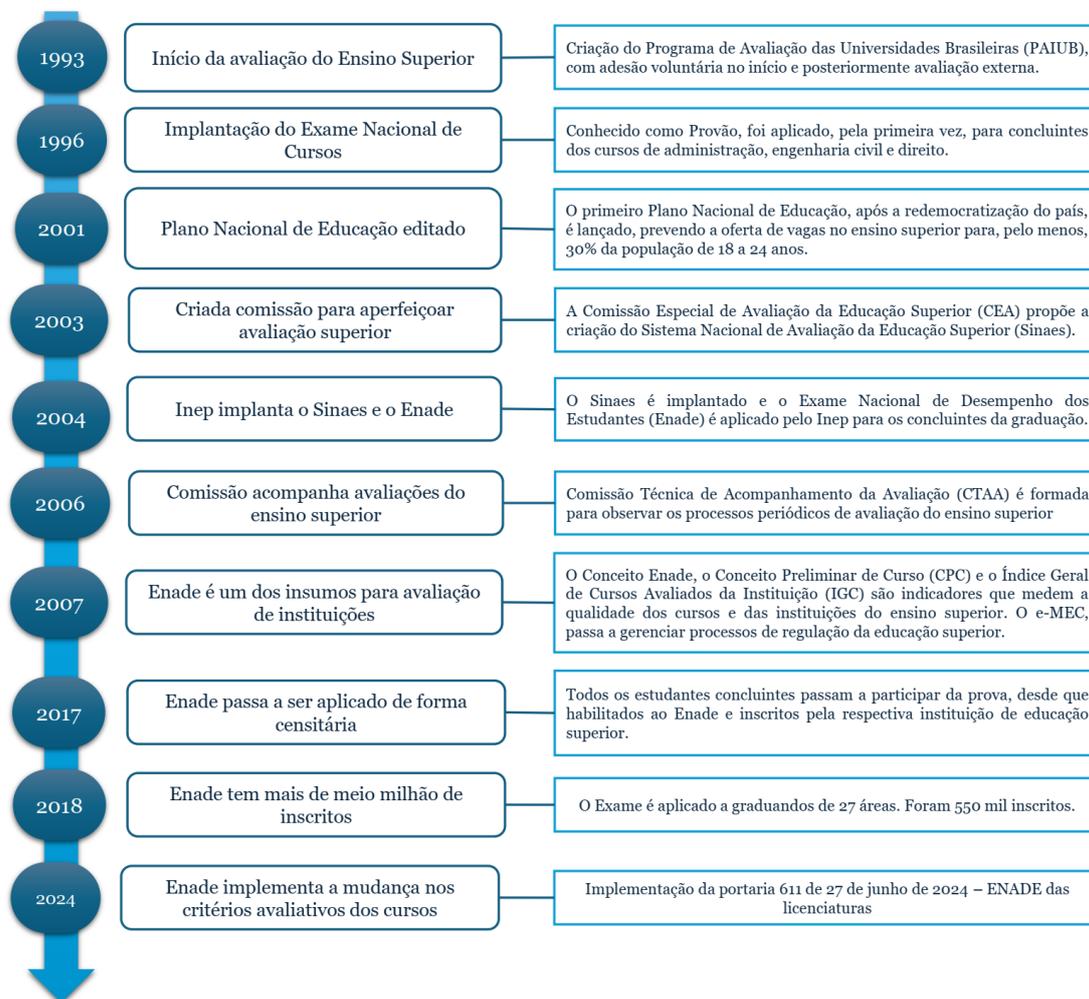
O ENADE, segundo Sobrinho (2010, p. 212), foi concebido para ser um instrumento de avaliação das habilidades acadêmicas e das competências profissionais que os estudantes poderiam “demonstrar, em conexão com suas percepções sobre sua instituição e com conhecimentos gerais não necessariamente relacionados com os conteúdos disciplinares”, não devendo ser utilizado isoladamente para a avaliação dos cursos. Diferentemente do que é proposto no SINAES, o ENADE passou a ser utilizado para a confecção de *rankings* pelas instituições, fugindo de seu objetivo inicial.

Com relação à temática da formação inicial nos cursos de licenciatura, a grande mudança aconteceu recentemente, com a Portaria Nº 611, de 27 de junho de 2024, afetando diretamente a organização dos estágios curriculares nas



licenciaturas. A Figura 2 sintetiza alguns momentos importantes nas últimas décadas:

IMAGEM 2: Marcos de avaliação nas IES



Fonte: Autor, 2025.

O ENADE, que até então envolvia apenas uma prova teórica para estudantes do Ensino Superior, no ano de 2024, traz uma novidade, especificamente indicada no Art. 2º da Portaria Nº 610, de 27 de junho de 2024: “O Enade das Licenciaturas será composto pelos seguintes processos avaliativos: I - Avaliação Teórica - AT; e II - Avaliação da Prática - AP.” (Brasil, 2024b, p. 152).

Já no Artigo nº 7 da Portaria Nº 611, de 27 de junho de 2024, que dispõe sobre o ENADE 2024, são sinalizados critérios para a habilitação do estudante a realizar a avaliação no ano corrente. Estariam

[...] habilitados à Avaliação da Prática - AP os estudantes dos cursos das áreas de licenciatura avaliadas no Enade 2024 que estejam

realizando ou que iniciem a regência de classe na Educação Básica, durante o período das inscrições na Avaliação da Prática e até o final do mês julho de 2025. (Brasil, 2024c, p. 155)

Destacamos que a Portaria deixa claro que cada IES terá a incumbência de verificar a regularidade de cada estudante habilitado ao ENADE 2024 para fins de emissão de documentos, como o atestado de conclusão dos cursos de graduação, a colação de grau e o diploma. Na nova proposta, em seu parágrafo único, também clarifica que, no ENADE 2024, os resultados da Avaliação da Prática serão utilizados para fins exclusivamente diagnósticos e não comporão os insumos para o cálculo do Conceito ENADE dos cursos avaliados.

Dentre as modificações apresentadas pela nova legislação, chamamos a atenção para a Avaliação da Prática (AP), que deverá ser realizada pelo(a) supervisor(a) de estágio. Segundo o INEP (Brasil, 2024b), o objetivo é avaliar conhecimentos, habilidades e competências desenvolvidas pelo estudante de uma licenciatura e colocadas em prática durante o seu estágio supervisionado obrigatório. Na perspectiva do INEP (Brasil, 2024b), o instrumento torna-se relevante ao permitir a composição de um perfil dos participantes do ENADE e mapear o contexto do desenvolvimento de seus processos formativos.

Em uma breve leitura do questionário proposto (Brasil, 2024d), pode-se compreender que a avaliação a ser realizada pelo professor supervisor de estágio se desdobra em três questionários com objetivos distintos: um para coletar informações pessoais sobre o próprio supervisor, um para contextualizar a escola com a qual o supervisor tem vínculo e um para avaliar a prática do estagiário. O instrumento deve avaliar o desempenho do estagiário, suas habilidades, princípios pedagógicos e outras competências demonstradas durante a supervisão de classe.

Nesse reordenamento, alguns questionamentos referem-se à identidade do supervisor, buscando conhecer melhor essa figura que avaliará os estudantes em sua prática docente na escola durante um semestre letivo. O questionário contempla questões sobre a formação e experiência como supervisor, o tempo de atuação profissional, a formação continuada para trabalhar com estágio, as relações estabelecidas com a escola, as características do vínculo profissional com a escola, a modalidade de ensino em que atua como supervisor, o número de estagiários e, ainda, os possíveis incentivos da gestão escolar para essas práticas.

Com relação ao estudante/estagiário que será avaliado pelo ENADE, surgem algumas inquietações. Embora já haja diversas práticas avaliativas no decorrer do estágio, sabe-se que esse período culmina, muitas vezes, com o término dos cursos de graduação e a realização dos trabalhos de conclusão. Para o estudante, saber que a avaliação sob essa perspectiva legal será cobrada em aspectos tão diversos pode gerar ainda mais dificuldades para a criatividade e concentração em questões da docência propriamente dita, com impacto direto nesse momento formativo.



Reforçamos que a grande mudança recaiu significativamente sobre o processo de avaliação durante o estágio supervisionado. Nesse sentido, houve a necessidade de repensar os diferentes papéis dos professores orientadores e supervisores de escola, na medida em que os questionamentos e documentos propostos pela nova legislação apontam a avaliação de muitos elementos envolvidos no estágio curricular supervisionado.

Esse anúncio, feito em pleno andamento do ano acadêmico de 2024, demandou de todas as instituições que realizassem reuniões e debates para entendimento e reorganização das atividades referentes aos estágios supervisionados.

A AVALIAÇÃO DA PRÁTICA NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO: NOVA DEMANDA DO ENADE

Para discutir essa nova demanda do ENADE e qual o seu papel na formação docente, especificamente no ECS, partimos do pressuposto de que toda e qualquer avaliação tem a função de averiguar algo. Neste caso, considerando-se os conhecimentos construídos ao longo do estágio, algumas questões emergem, tais como: a avaliação da prática imposta pelo ENADE consegue capturar os saberes construídos pelos estagiários em seu processo formativo? De que forma os resultados dessa política avaliativa retornam aos cursos? Como os cursos podem utilizar essa avaliação para melhorarem e avaliarem o desenvolvimento dos seus estágios?

Certamente, não teremos respostas pontuais a essas perguntas. No entanto, podemos sinalizar e refletir sobre alguns aspectos, abrindo possibilidades de pensarmos sobre o assunto, que é recente e demandará estudos mais aprofundados, abordando escolas, universidades e o modo como têm enfrentado esse desafio.

Inicialmente, importa destacar que a Portaria que instituiu a avaliação da prática, já citada neste trabalho, foi publicada nos semestres letivos das universidades, que necessariamente deveriam adequar-se a ela. Isso porque indicou um cronograma a ser cumprido, envolvendo, sinteticamente: o cadastro de estudantes, de orientadores e de supervisores no sistema ENADE; a realização de formação para orientadores e supervisores nesse sistema; o preenchimento de um questionário por orientadores, supervisores e estagiários no sistema; a inserção de um plano de aula pelo estagiário, a ser realizado na escola e avaliado pelo supervisor; a observação de uma aula específica do estagiário pelo supervisor, cujo plano foi inserido no sistema; resposta a um instrumento de avaliação no sistema ENADE do estagiário, por parte do supervisor e do orientador.

Retornando ao significado da avaliação, entendida como parte de um processo formativo, tendo ela própria uma função formativa, refletimos sobre



como tal demanda pode ter se constituído nas relações escola-universidade em um período em que o estágio já estava em andamento.

Cotidianamente, o estágio envolve algum tipo de avaliação por parte do supervisor, ainda que, em geral, o orientador seja quem se envolve mais sistematicamente com essa demanda, pois os estagiários estão vinculados a um componente curricular do curso de licenciatura e o orientador é o professor deste. Os professores orientadores de estágio elaboram critérios de avaliação em conformidade com os projetos pedagógicos dos cursos. Na maioria das vezes, isso envolve o acompanhamento do estagiário, que deve realizar observações e relatórios de diagnóstico da escola e da turma; atividades de planejamento, sistematizadas nos planos de ensino e de aula; e gestão do tempo e da turma. Além disso, precisa estar atento à sua prática docente, que permeia o compromisso com os diferentes elementos que a embasam e dão potência ao processo de ensinar e aprender, como o próprio planejamento e a coerência dos componentes didáticos da aula; à criatividade das aulas; e à pontualidade, dentre outros quesitos.

O supervisor, que muitas vezes não realizava uma avaliação sistematizada do estagiário, envolvia-se com o recebimento dos estagiários na escola, mostrando sua estrutura e funcionamento. Também fornecia orientações e dicas para a realização da docência na peculiaridade de cada turma de estudantes e acompanhava as aulas do estagiário.

A partir da implantação da avaliação da prática do ENADE, percebe-se um impacto na demanda de trabalho docente do supervisor e orientador, exigindo-se o preenchimento de formulários em um sistema, de acordo com um cronograma estipulado, sem considerar as peculiaridades de cada instituição, seja a escola, seja a universidade. A repercussão é mais incisiva no caso das escolas públicas, em que frequentemente os docentes já enfrentam dificuldades em suas condições de trabalho, em termos de estruturas físicas, materiais didáticos, planos de carreira, salário, tempo para planejamento em sua carga horária. Ao se disporem a supervisionar estudantes em situação de estágios, agora ainda precisam envolver-se com diferentes questões burocráticas, além das suas demandas institucionais.

Nesse sentido, questiona-se a relevância dessa avaliação para os cursos, estágios e estagiários e se ela não se constitui em mais uma forma de regular e controlar o trabalho docente, desencadeando mais uma tarefa burocrática que sobrecarrega docentes em contextos de trabalho muitas vezes já precarizados. Nessa linha de pensamento, o Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES, 2024) publicou nota em seu *site*, posicionando-se criticamente ao novo modelo estipulado e indicando que historicamente tem se oposto ao ENADE devido ao modo como este distorce o sentido da avaliação da educação, tendo em vista que a avaliação serve para detectar os problemas a fim de que sejam superados. Em vez disso, o exame visa a ranquear as instituições



para premiar “as melhores”, beneficiando-as com mais investimentos. A obrigatoriedade do exame também é criticada, pois os estudantes que não comparecem à prova não recebem seu diploma.

Ressalta-se que o contexto educacional está repleto de políticas curriculares, como a Base Nacional Comum Curricular, e de políticas de avaliação, como o ENADE, em que se desconsidera a realidade das escolas públicas e das condições de trabalho dos profissionais de educação. São políticas públicas que procuram regular os processos educativos, em vez de dar o apoio necessário para que a educação possa ocorrer em um contexto com condições estruturais e materiais básicas, professores devidamente qualificados, com salários dignos e condizentes com a importância social do seu trabalho.

Canan e Eloy (2016, p.637) constataram em seus estudos que:

as políticas de avaliação, seja em larga escala ou não, são condicionadas pelos organismos internacionais, sendo que essas relações podem ser identificadas por meio dos Programas de Governo ou pelas políticas de Estado que visam a melhorar a qualidade da educação. O Banco Mundial e o FMI são órgãos que financiam e seguem um modelo capitalista, que incentivam a produção. Desta forma, percebe-se que há uma dependência desses programas em relação aos órgãos internacionais, estes têm interesse em financiar recursos para melhoria da educação, exercendo, assim, um poder econômico sobre a educação.

Na especificidade de sua pesquisa empírica no Campus de Frederico Westphalen (RS), com coordenadores de curso da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI) e foco no ENADE como política de avaliação e nas estratégias de gestão lançadas para melhorar a avaliação dos cursos, os autores perceberam que: a maioria dos coordenadores entrevistados busca qualificar os cursos, contudo, faz tentativas isoladas e muito subjetivas; a preocupação com resultados quantitativos se sobrepõe ao interesse nos resultados qualitativos; o ENADE não desencadeia um processo de reflexão teórica (Canan; Eloy, 2016).

Portanto, diante dessas reflexões, é urgente adotar um olhar crítico e resistir a políticas de avaliação que desconsiderem os diferentes agentes educativos em seus contextos. É preciso lutar por políticas que realmente possam contribuir com a melhoria da educação, proporcionando: financiamento para reforma de escolas, melhorando suas estruturas físicas e didáticas; aumento do salário dos profissionais da educação; e implantação de planos de carreira adequados ao seu trabalho, com inclusão na sua carga horária das horas destinadas a planejamento e processos formativos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de cunho teórico objetivou discutir a nova exigência do ENADE no campo da formação de professores, considerando a avaliação da prática no contexto de estágio curricular supervisionado em Educação Física, sendo esta uma nova demanda, implementada a partir do ano de 2024.

Assim como outros sistemas avaliativos de âmbito nacional no campo da educação, o discurso de organismos políticos sobre o papel do ENADE pauta-se na defesa desse exame como ferramenta de diagnóstico e agente balizador da qualidade dos cursos de formação em nível superior. Seu objetivo seria diagnosticar as fragilidades na gestão acadêmica e na organização pedagógica dos cursos e promover ações que auxiliem as instituições a saná-las.

No entanto, existe um campo de produção científica que problematiza as avaliações em larga escala, apontando que elas desconsideram aspectos subjetivos presentes nos percursos formativos e, mais do que isso, não levam em conta a complexidade relacionada ao conceito de qualidade, muitas vezes associada somente a indicadores numéricos e a meros valores estatísticos.

Neste trabalho, analisamos o estágio curricular supervisionado, considerando-o como um momento marcante na formação inicial, de aproximação entre teoria e prática e de construção de saberes fundamentais para a prática docente. Buscamos destacar que essa etapa da formação inicial, além de contribuir para a formação do estudante, produz efeitos importantes na relação universidade-escola, na medida em que aproxima os atores do processo – o professor formador da universidade, o estudante em formação e o docente em exercício.

Entretanto, apesar do potencial formativo inerente à proposta, ressalta-se a necessidade de uma crítica aprofundada sobre a implementação apressada e os desdobramentos práticos dessa política, uma vez que o estágio supervisionado passa a ser atravessado por novas demandas legais e metodológicas que afetam diretamente os agentes envolvidos. A sobrecarga burocrática imposta aos docentes e às instituições, aliada a um contexto já marcado por precariedades estruturais e materiais, coloca em xeque a efetividade da Avaliação da Prática como instrumento de melhoria da qualidade educativa.

Além disso, observamos que essa política reforça modelos de avaliação que, frequentemente, priorizam *rankings* e resultados quantitativos, em detrimento de processos reflexivos e formativos mais abrangentes. Assim, torna-se urgente a construção de políticas educacionais que valorizem a complexidade do trabalho docente e que garantam condições estruturais e pedagógicas adequadas para todos os envolvidos.

Por fim, em se tratando de tal política avaliativa, a reflexão e a resistência têm papel significativo para romper com a lógica reducionista dos indicadores de qualidade da formação docente. Devem-se considerar diferentes alternativas, como investimentos em infraestrutura, remuneração digna e formação



continuada. Dessa maneira, será possível consolidar um sistema educacional que promova uma formação docente crítica, reflexiva e conectada às demandas sociais.

REFERÊNCIAS

Amaral-da-Cunha, Marina; Batista, Paula; Graça, Amândio. (2020) A construção da identidade profissional do professor cooperante de Educação Física. *Journal of Sport Pedagogy and Research*, Guarda, 7(2), p. 41-51. <https://doi.org/10.47863/JMBB7646>.

ANDES. ANDES-SN critica o Enade das licenciaturas a partir de 2024 [online]. Sindicato Nacional dos docentes das instituições de Ensino Superior. <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-critica-o-enade-das-licenciaturas-a-partir-de-20241>

Azevedo, Maria Antônia Ramos de. (2009). Os Saberes de Orientação dos Professores Formadores: desafios para ações tutoriais emancipatórias. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.48.2009.tde-17052009-190433>

Barroso João. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. *Educação & Sociedade*, Campinas, 26(92), p. 725-751. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000300002>

Borges, Cecília. (2008). A formação docente em Educação Física em Quebec: saberes espaços, culturas e agentes. In: Traversini, Clarice Salete. *et al.* (Org.) *Trajatória e processos de ensinar e aprender: práticas e didáticas: livro 2 – XIV ENDIPE – Porto Alegre: EDIPUCRS.*

Borges, Cecília. *et al.* Os desafios da prática como *locus* central da formação inicial docente: novos dispositivos, agentes e modalidades de supervisão pedagógica. In: *XIV ENDIPE: Trajetórias e processos de ensinar e aprender: lugares, memórias e culturas.* Porto Alegre: EDIPUCRS.

Botelho, Rodrigo Otávio. *et al.* (2023). Apreciação crítica ao sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES. *International Journal of Scientific Management and Tourism*, Mandsaur, 9(6), p. 3469-3488. <https://doi.org/10.55905/ijsmtv9n6-013>

Brasil. (2004). *Ministério da Educação*. Resolução CNE/CP 7/2004 de 31 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília: MEC. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf>



- Brasil. (2015). *Ministério da Educação*. Resolução CNE/CP n. 02/2015 de 1º de julho de 2015. Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, Seção 1, p. 8-12. <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolucoes-do-conselho-pleno-2015>
- Brasil. (2018). *Ministério da Educação*. Resolução CNE/CES nº 06/2018 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Educação Física. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, edição 243, seção 1, p. 48. <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>
- Brasil. (2024). *Ministério da Educação*. ENADE - Apresentação. Brasília: MEC. <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enade>
- Brasil. (2024). *Ministério da Educação*. Portaria nº 610, de 27 de junho de 2024. Institui o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes para os cursos de licenciatura - Enade das Licenciaturas, altera a Portaria Normativa nº 840. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-610-de-27-de-junho-de-2024-569033072>
- Brasil. (2024). *Ministério da Educação*. Portaria nº 611. Dispõe sobre o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade. Brasília: MEC. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-611-de-27-de-junho-de-2024-569019655>.
- Brasil. (2024). *Ministério da Educação*. Instrumento de avaliação prática (AP) pelo supervisor de estágio - ENADE nas licenciaturas. Brasília: MEC. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_superior/enade_supervisor_2024.pdf
- Canan, Silvia Regina; Eloy, Vanessa Taís. (2016). Políticas de avaliação em larga escala: o ENADE interfere na gestão dos cursos? *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, 11(3), p. 621-640. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.11i3.0006>
- Chauí, Marilena. Universidade em Ruínas. (1999). In: Trindade, Héglio (Org.). *Universidade em Ruínas: na república dos professores*. Petrópolis: Vozes.
- Contreras, José. (2002). *A autonomia de Professores*. São Paulo: Cortez.
- Feldmann, Taise; Souza Osmar de. A governamentalidade e o Exame Nacional de Desempenho De Estudantes - ENADE. *Avaliação*, Campinas, 21(3), p. 1017-1032.



<https://doi.org/10.1590/S1414-40772016000300017>

Goodson, Ivor Frederick. (2008). *Conhecimento e Vida Profissional*. Porto: Porto Editora.

Guerreiro, Camila de Castro; Afonso, Mariângela da Rosa. Estágio curricular supervisionado, universidade e escola: a perspectiva do estagiário de Educação Física. *Inter-Ação*, Goiânia, 46(2), p. 872-888.
<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v46i2.65086>

Ilha, Franciele Roos da Silva. *et al.* (2022). Vivências e percepções compartilhadas no Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física no Ensino Médio em tempos de pandemia. *Caderno de Educação Física e Esporte*, Marechal Cândido Rondon, 20(1), p. e-28804.
<http://dx.doi.org/10.36453/cefe.2022.28804>

INEP. *Ministério da Educação*. (2012). SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – da concepção à regulamentação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília: MEC.
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_examenes_da_educacao_superior/sinaes_2009_da_concepcao_a_regulamentacao_5_edicao_ampliada.pdf

Iza, Dijnane Fernanda Vedovatto; Souza-Neto, Samuel de. (2015). Os desafios do Estágio Curricular Supervisionado em Educação Física na parceria entre universidade e escola. *Movimento*, Porto Alegre, 21(1), p. 111-124.
<https://doi.org/10.22456/1982-8918.41542>

Nóvoa, Antônio. (2017). Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, 47(166), p. 1106-1133.
<http://dx.doi.org/10.1590/198053144843>.

Nóvoa, Antônio. (2019). Entre a formação e a profissão: Ensaio sobre o modo como nos tornamos professores. *Currículo sem Fronteiras*, 19(1), p. 198-208.
<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss1articles/novoa.pdf>

Penteado, Regina Zanella; Souza-Neto, Samuel de. (2021). A Docência como Profissão: o Portfólio como Dispositivo e Política na Formação de Professores no Estágio Supervisionado em Educação Física. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, Arizona, 29(83).
<https://doi.org/10.14507/epaa.29.6147>

Petroli, Augusto; Fuão, Marcos Eliseu; Ilha, Franciele Roos da Silva. (2022). O estágio curricular supervisionado: a experiência de professores de educação física atuantes em diferentes redes de ensino nos municípios da serra gaúcha. *Revista Biomotriz*, Cruz Alta, 16(1), p. 240-252.
<https://doi.org/10.33053/biomotriz.v16i1.794>



- Pimenta, Selma Garrido. (2006). *O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez.
- Pimenta, Selma Garrido; Anastasiou, Léa das Graças Camargos. (2014). *Docência no ensino superior*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, Selma Garrido; Lima, Maria Socorro Lucena. (2011). *Estágio e docência*. São Paulo: Cortez.
- Rezer, Ricardo; Fensterseifer, Paulo Evaldo. (2008). Docência em educação física: reflexões acerca de sua complexidade. *Pensar a prática*, Goiânia, 11(3), p.319-329.
<https://doi.org/10.5216/rpp.v11i3.4960>
- SARTI, Flávia. (2013). Relações intergeracionais e alternância na formação docente: considerações a partir de uma proposta de estágio supervisionado. *Cadernos de Educação*, Pelotas, 46(1), p. 83 – 99.
<https://doi.org/10.15210/caduc.voi46.4174>
- Shulman, Lee. (1987). Knowledge and teaching: Foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*, Cambridge, 57(1), p. 1-23.
<https://doi.org/10.17763/haer.57.1.j463w79r56455411>
- Sobrinho, José Dias. (2010). Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do Provão ao SINAES. *Avaliação*, Campinas, v. 15, n. 1, p. 195-224.
<https://doi.org/10.1590/S1414-40772010000100011>
- Souza-Neto, Samuel de; Borges, Cecilia; Ayoub, Eliana. (2021). Formação de professores na contemporaneidade: desafios e possibilidades da parceria entre universidade e escola. *ProPosições*, Campinas, 32(1), e20180084EN, p. 1-10.
<https://doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0031>
- Tardif, Maurice. (2010). *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 10. ed. Petrópolis: Vozes.
- Winter, Jeanne Kohn; Ilha, Franciele Roos da Silva. (2018). A importância do estágio curricular supervisionado no curso de licenciatura em Educação Física. *Revista Biomotriz*, Cruz Alta, 12(1), p. 175-192.



Como referenciar este artigo:

Afonso, Mariângela da Rosa; Ribeiro, José Antonio Bicca; Ilha, Franciele Roos da Silva; Castro, Camila Ferreira de. O estágio curricular supervisionado na formação profissional em Educação Física e a avaliação da prática: A nova exigência do ENADE 2024. *Revista Eletrônica de Educação (REVEDUC)*, São Carlos, v. 19, n. 01, e695309, 2025. **e-ISSN:** 1982-7199. **DOI:** <https://doi.org/10.14244/reveduc.v19i1.6953>

| **Submetido em:** 15/12/2024

| **Aprovado em:** 10/03/2025

| **Publicado em:** 16/03/2025



Processamento e Editoração: Revista Eletrônica de Educação

Revisão: Lene Belon; **e-mail:** lenebelon@hotmail.com

Tradução: Revista Eletrônica de Educação; **e-mail:** reveduc@ufscar.br

Conflitos de interesses: Não houve conflitos de interesses no desenvolvimento desta pesquisa.

Aprovação ética: Essa pesquisa não precisou ser submetida a apreciação do comitê de ética.



Acesse o artigo usando o QR Code
Revista Eletrônica de Educação

